



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO 2018
AGO 30.07.2018**

De acordo com a Instrução CVM 481 de 17/12/2009 - Capítulo III - Artigos 8º a 21º estamos encaminhando:

Sumário

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
Anexo I: Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (art. 9º, III, Instrução CVM nº 481/09); item 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/09).....	4
Anexo II: Informações relativas a eleição dos membros suplentes do Conselho de Administração (art. 10, Instrução CVM nº 481/09), Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência. (Instrução CVM nº 480/09)	22
Anexo III: Remuneração dos administradores (art. 12, Instrução CVM nº 481/09), Item 13 do Formulário de Referência. (Instrução CVM nº 480/09).....	25
Anexo IV: Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09)	34
Anexo V: Definição sobre o encerramento das atividades do Conselho Fiscal.....	35

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**TEKA - TECELAGEM KUEHNRICH S.A. – em recuperação judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 82.636.986/0001-55**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade a se reunirem no próximo dia 30 de julho de 2018, às 09:00 horas, na Sede Social, na Rua Paulo Kuehnrich, n. 68, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC), em Assembleia Geral Ordinária a fim de deliberar sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA:

I – Em Regime Ordinário

1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, com Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;
2. Eleição de membros suplentes para o Conselho de Administração;
3. Definição sobre a manutenção do montante global dos honorários da Administração sem reajuste para o exercício de 2018; e
4. Definição sobre o encerramento das atividades do Conselho Fiscal.

Os Senhores Acionistas que não comparecerem e, se for o caso, poderão ser representados por procuradores munidos da outorga, nos termos do art. nº 126, § 1º e 4º da Lei nº 6.404/76 e/ou via votação a distância conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 481/2009.

Blumenau (SC), em 28 de junho de 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo I: Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (art. 9º, III, Instrução CVM nº 481/09); item 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/09)

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

- a. condições financeiras e patrimoniais gerais

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

COMENTÁRIOS

A Diretoria da TEKA não vem medindo esforços nem dedicação para o cumprimento da reestruturação mercadológica, industrial, financeira e o reposicionamento da marca da Companhia.

Diante dos objetivos traçados em seu plano de negócios e nas cinco etapas da reestruturação, a empresa vem demonstrando evoluções significativas no seu plano de recuperação, crescimento real e sustentável para os próximos anos.

Durante o ano a Companhia deu continuidade ao plano de reestruturação comercial, objetivando um crescimento significativo nas vendas, tendo como foco o cliente, canais de vendas e mix de produtos. O desempenho foi prejudicado devido aos efeitos gerados pelo cenário político/econômico e falta de capital de giro, fazendo com que houvesse uma retração expressiva nos resultados da Companhia.

A Área Industrial, mesmo diante de todas as dificuldades financeiras, conseguiu cumprir seu plano de unificação de unidades fabris, o que representa uma redução significativa nos custos.

Durante o último ano a Companhia conseguiu substanciais reduções de custos, entretanto, ainda é dependente da captação de recursos de terceiros a um custo elevado, estando dependente de Factorings. É extremamente difícil dentro deste cenário desfavorável, a obtenção de créditos com volumes e taxas acessíveis dentro da sua necessidade de capital de giro.

O compromisso da TEKA se volta principalmente à manutenção dos empregos de seus mais de 1.400 colaboradores, realizando ainda ações voltadas para qualidade de vida e bem-estar, como palestras de conscientização, incentivo à profissionalização e campanhas diversas.

A Companhia também contribui com o desenvolvimento social, cultural e econômico das regiões em que atua, auxiliando instituições carentes e campanhas para arrecadação de donativos que atendam às necessidades de creches, escolas, hospitais, asilos e outras instituições.

A TEKA continua gradativamente retomando seu Market Share, aumentando sua presença nos lares brasileiros, sendo uma das maiores fabricantes de cama, mesa e banho. Com isso reforçando seu compromisso com a sustentabilidade, aprimoramento contínuo e inovação nos processos.

A Administração acredita na realização dos números projetados e deposita toda a sua confiança nos negócios da Companhia para os próximos anos, visando assim alcançar e reverter os resultados.

b. estrutura de capital

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações e mudança na estrutura de capital.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

É essencial manter foco em realizar uma estruturação de capital de forma otimizada e sustentável, através de venda de ativos, renegociação com credores, lucro operacional e captação de recursos no mercado de capitais.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Desconto das duplicatas, contratos de giro, antecipação de recebíveis, operações de fomento e crédito de fornecedores.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Alongamento dos compromissos de curto e médio prazo e captação de recursos de longo prazo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- iii. grau de subordinação entre as dívidas
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Circulante				
Capital de giro	227.359	195.795	227.641	195.795
RAET	10.090	9.596	10.090	9.596
BRDE	6.101	5.408	6.101	5.408
FINEP	130.394	115.823	130.394	115.823
BNDDES	42.590	38.624	42.590	38.624
Bancos diversos	284	52	284	152
Debêntures	62.312	59.718	62.312	59.718
	479.130	425.016	479.412	425.116
Não Circulante				
Capital de giro	-	525	-	525
Debêntures	1.126	1.034	1.126	1.034
	1.126	1.559	1.126	1.559
Total de empréstimos e financiamentos	480.256	426.575	480.538	426.675

Taxas

Capital de giro	CDI+1% a.m. / 1% a 5% a.m. / 1% a.m.+IGPM / INPC+12% a.a.
RAET	TR + 6,0% a.a.
BRDE	TJLP + 7,0% a.a.
FINEP	TJLP + 5,5% a.a.
BNDDES	INPC + 12% a.a.
Debêntures	INPC + 6% a.a. / TJLP + 1,5% a.a.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Por data de vencimento				
Vencidos	443.988	369.964	443.988	369.964
Em até 6 meses	35.142	51.217	35.424	51.317
De 6 meses a 1 ano	-	3.835	-	3.835
De 1 a 2 anos	1.126	1.559	1.126	1.559
	480.256	426.575	480.538	426.675
	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Por tipo de moeda				
Reais	479.142	424.585	479.424	424.685
US\$	1.114	1.990	1.114	1.990
	480.256	426.575	480.538	426.675

Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 235 milhões (R\$ 240 milhões em 2016).

Debêntures

No Plano de Recuperação há a previsão de emissão de Debêntures a credores. No exercício de 2016 a Companhia iniciou o processo de entrega, cujo montante de R\$ 1.126 até 31/12/2017 está reconhecido na rubrica Debêntures no Longo Prazo.

A respeito das Debêntures já existentes antes da Recuperação Judicial, em virtude do não reconhecimento dos efeitos do Plano nas Demonstrações Contábeis, conforme citado na nota explicativa 1.1., estas estão classificadas na rubrica Debêntures no Curto prazo.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	% Var 17 x 16	31/12/2017	31/12/2016	% Var 17 x 16
Receita De Vendas E/Ou Serviços (Nota 20)	132.183	158.990	-16,9%	132.023	158.619	-16,8%
Custo De Bens E/Ou Serviços Vendidos	(102.063)	(122.730)	-16,8%	(104.055)	(124.637)	-16,5%
Resultado Bruto	30.120	36.260	-16,9%	27.968	33.982	-17,7%
Despesas/Receitas Operacionais	(53.726)	(29.792)	80,3%	(48.148)	(23.261)	107,0%
Com Vendas	(23.454)	(25.209)	-7,0%	(24.184)	(25.829)	-6,4%
Gerais E Administrativas	(12.766)	(13.713)	-6,9%	(12.825)	(13.825)	-7,2%
Outras Receitas Operacionais	11.014	30.897	-64,4%	11.017	31.696	-65,2%
Outras Despesas Operacionais	(24.854)	(14.699)	69,1%	(22.156)	(15.303)	44,8%
Resultado De Equivalência Patrimonial	(3.666)	(7.068)	-48,1%	-	-	
Resultado Antes Do Resultado Financeiro E Dos Tributos	(23.606)	6.468	-465,0%	(20.180)	10.721	-288,2%
Resultado Financeiro	(144.510)	(139.322)	3,7%	(148.153)	(143.924)	2,9%
Resultado Antes Dos Tributos Sobre O Lucro	(168.116)	(132.854)	26,5%	(168.333)	(133.203)	26,4%
Resultado Líquido Das Operações Continuadas	(168.359)	(133.952)	25,7%	(168.363)	(133.952)	25,7%
Lucro/Prejuízo Do Período	(168.359)	(133.952)	25,7%	(168.359)	(133.952)	25,7%
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-		(168.359)	(133.952)	
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-		-	-	
Resultado Por Ação	(334,61)	(266,22)	25,7%	(334,61)	(266,22)	25,7%

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	% Var 17 x 16	31/12/2017	31/12/2016	% Var 17 x 16
ATIVO TOTAL	933.412	914.594	2,1%	970.346	949.582	2,2%
ATIVO CIRCULANTE	52.155	60.918	-14,4%	54.355	62.732	-13,4%
Caixa e Equivalentes de Caixa	67	282	-76,2%	83	310	-73,2%
Contas A Receber	32.596	41.807	-22,0%	33.173	42.172	-21,3%
Estoque	15.393	14.478	6,3%	15.938	14.936	6,7%
Tributos A Recuperar	843	1.493	-43,5%	1.426	2.018	-29,3%
Despesas Antecipadas	53	70	-24,3%	53	70	-24,3%
Outros Ativos Circulantes	3.203	2.788	14,9%	3.682	3.226	14,1%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	881.257	853.676	3,2%	915.991	886.850	3,3%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	675.939	640.566	5,5%	676.729	641.352	5,5%
Outros Ativos Não Circulantes	675.939	640.566	5,5%	676.729	641.352	5,5%
Tributos A Recuperar (Nota 7)	641.170	606.806	5,7%	641.170	606.806	5,7%
Depósitos Judiciais (Nota 5)	30.761	29.752	3,4%	31.551	30.538	3,3%
Outros Créditos (Nota 5)	4.008	4.008	0,0%	4.008	4.008	0,0%
INVESTIMENTOS	43.788	47.449	-7,7%	489	489	0,0%
Participações Societárias	43.299	46.960	-7,8%	-	-	-
Propriedade Para Investimentos	489	489	0,0%	489	489	0,0%
IMOBILIZADO	161.009	165.153	-2,5%	238.252	244.501	-2,6%
INTANGÍVEL	521	508	2,6%	521	508	2,6%

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	% Var 16 x 15	31/12/2017	31/12/2016	% Var 16 x 15
PASSIVO TOTAL	933.412	914.594	2,1%	970.346	949.582	2,2%
PASSIVO CIRCULANTE	2.052.149	1.883.724	8,9%	2.112.042	1.940.000	8,9%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	739.403	699.861	5,6%	771.554	730.438	5,6%
Fornecedores	403.648	356.099	13,4%	405.876	358.120	13,3%
Obrigações Fiscais	282.936	263.773	7,3%	307.397	287.029	7,1%
Obrigações Fiscais Federais	134.538	123.930	8,6%	158.973	147.177	8,0%
Obrigações Fiscais Estaduais	134.774	128.718	4,7%	134.790	128.718	4,7%
Obrigações Fiscais Municipais	13.624	11.125	22,5%	13.634	11.134	22,5%
Empréstimos E Financiamentos	479.130	425.016	12,7%	479.412	425.116	12,8%
Empréstimos E Financiamentos	416.818	365.298	14,1%	417.100	365.398	14,1%
Debentures	62.312	59.718	4,3%	62.312	59.718	4,3%
Outras Obrigações	130.026	121.277	7,2%	130.763	121.572	7,6%
Passivos Com Partes Relacionadas	33.215	27.161	22,3%	38.382	31.849	20,5%
Outros	96.811	94.116	2,9%	92.381	89.723	3,0%
Provisões	17.006	17.698	-3,9%	17.040	17.725	-3,9%
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis	17.006	17.698	-3,9%	17.040	17.725	-3,9%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	359.320	340.607	5,5%	336.311	319.270	5,3%
Empréstimos E Financiamentos	1.126	1.559	-27,5%	1.126	1.559	-27,5%
Empréstimos E Financiamentos	-	525	-100,0%	-	525	-100,0%
Debentures	1.126	1.034	8,6%	1.126	1.034	8,6%
Outras Obrigações	55.186	51.326	7,5%	6.451	1.319	389,1%
Passivos Com Partes Relacionadas	49.322	50.740	-2,8%	-	-	-
Outros	5.864	586	900,7%	6.451	1.319	389,1%
Tributos Diferidos	40.029	39.786	0,6%	68.689	68.659	0,0%
Provisões	262.979	247.936	6,1%	260.045	247.733	5,0%
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis	257.932	245.620	5,0%	257.932	245.620	5,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) Nota 18	(1.478.057)	(1.309.737)	12,9%	(1.478.007)	(1.309.688)	12,9%
Capital Social Realizado	21.945	21.945	0,0%	21.945	21.945	0,0%
Reservas De Reavaliação	75.422	77.140	-2,2%	75.422	77.140	-2,2%
Reservas De Lucros	4.389	4.389	0,0%	4.389	4.389	0,0%
Prejuízos Acumulados	(1.617.029)	(1.450.941)	11,4%	(1.617.029)	(1.450.941)	11,4%
Ajustes De Avaliação Patrimonial	34.827	35.380	-1,6%	34.827	35.380	-1,6%
Ajustes Acumulados De Conversão	2.389	2.350	1,7%	2.389	2.350	1,7%
Participação Acionistas Não-Controladores	-	-	-	50	49	2,0%

10.2. Os diretores devem comentar:

- a. resultados das operações do emissor, em especial:
 - i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da companhia resulta da produção e comercialização de artigos relacionados a produtos de banho, cama e mesa.

- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Condicionada ainda a limitação de recursos financeiros, principalmente devido seus altos custos, a empresa produziu e comercializou cerca de 4.500 ton/ano, sendo que seu melhor desempenho na curva de crescimento foi no segundo semestre.

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A empresa vai ampliar sua capacidade de criar valor e gerar resultados positivos de forma sustentada e contínua através da gestão de unidade de negócios, visando otimizar custos e despesas, focando MARCAS, produtos e novos canais de vendas, fortalecendo assim, ainda mais suas operações e sua marca.

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Elevadas despesas com captação de recursos, visto a dificuldades de financiamento a taxas mais acessíveis.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve fatos relevantes.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve fatos relevantes.

- c. eventos ou operações não usuais

Não houve fatos relevantes.

10.4. Os diretores devem comentar:

- a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não há mudanças significativas nas práticas contábeis.

- b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não há normas que tenham entrado em vigor que possam ter efeito significativo nas Demonstrações da Companhia.

- c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Foram emitidos conforme se transcreve abaixo:

Ano de 2015

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, emitido com abstenção de conclusão

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A. (“Em recuperação judicial”)
Blumenau - SC

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Teka – Tecelagem Kuehrich S.A. “Em recuperação judicial” (‘Companhia’), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa nr 1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial, os quais foram homologados em 30 de outubro de 2013. No dia 02 de outubro de 2013 a assembleia geral de credores aprovou o plano de recuperação judicial. Ainda não foi obtida a homologação do plano de recuperação pelo Juiz responsável, e por este motivo até a presente data a Companhia não registrou os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir a Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 129.081 mil (R\$ 126.062 mil em 31 de dezembro de 2014) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado no patrimônio de R\$1.319.876 mil (1.192.025 mil em 31 de dezembro de 2014). O resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos em 31 de dezembro de 2015 é lucro de R\$3.538 mil consolidado (prejuízo operacional de R\$ 32.602mil de prejuízo em 31 de dezembro de 2014). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$1.705.569 mil e R\$1.757.146 mil (R\$1.497.173 mil e R\$1.543.702 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$1.174.873 mil e R\$1.174.814 mil (R\$1.046.218 mil e R\$1.046.177 mil, em 31 de dezembro de 2014). O nível de endividamento indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e são fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior

a um ano e sugere e dúvida quanto a base para preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. A Companhia apresenta fatores operacionais que requerem uma análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de “impairment”), conforme pronunciamento emitido pelo CPC 01(R1), entretanto essa análise não foi apresentada pela administração da Companhia. A ausência dessa análise constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e dessa forma não temos como avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda relativos ao ativo aplicável em 31 de dezembro de 2015.

4. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1) a 3) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2015 não divulgam, integralmente, estes fatos.

5. Conforme descrito na nota explicativa 7, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos federais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$526.274 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$477.324 mil em 31 de dezembro de 2014) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos dependem de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB) e de desfecho de processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos através de pagamento e não compensação com outros tributos federais.

6. A Companhia registrou créditos de imposto de renda e contribuição social oriundos de diferenças temporárias na rubrica de “tributos diferidos” os montantes de R\$18.550 mil, controladora e consolidado, (R\$ 19.180 mil em 31 de dezembro de 2014) quais não foram objeto de análise de “impairment” e, portanto, não podemos concluir quanto a realização do referido ativo fiscal diferido.

7. A Companhia apresenta na rubrica de Fornecedores, o montante de R\$ 151.504 mil (R\$ 129.549 mil em 31 de dezembro de 2014), registrado desde dezembro de 2012, relacionado a dívidas pactuadas (confissão de dívida). Entretanto, devido ao descumprimento das obrigações contratuais pactuadas, cabe a avaliação, mensuração e adequada apresentação e divulgação deste saldo contemplando o que preveem estes contratos. Adicionalmente, em dezembro de 2012, antes do deferimento do pedido de recuperação judicial, em decorrência do descumprimento das cláusulas de certos contratos, as parcelas registradas no passivo não circulante deveriam ser inteiramente reclassificadas para o passivo circulante. Consequentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e mensuração do referido montante nestas demonstrações financeiras.

8. A Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 364.368 mil, controladora e consolidado (R\$319.282 mil, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2014). Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, à saber: i) existem operações que montam o valor de R\$ 309.777 mil, controladora e consolidado, (R\$271.288 mil, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2014) atualizado com índices e taxas de juros, inferiores aos acordados contratualmente firmados com as instituições financeiras; ii) certas instituições financeiras enviaram correspondência ao administrador judicial da Companhia informando saldos de empréstimos e financiamentos significativamente diferentes dos montantes registrados nestas informações financeiras intermediárias em decorrência das negociações realizadas com os credores em 2012 e antes do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, sendo que estas instituições não responderam as cartas de circularização dos auditores na auditoria relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015; iii) as operações com Debêntures no montante de R\$ 54.591 mil, controladora e consolidado (R\$ 47.994 mil em 31 de dezembro de 2014) encontram-se com seus pagamentos em atraso, mesmo antes do deferimento do pedido de recuperação judicial, havendo, portanto, encargos não reconhecidos pelo fato da discussão judicial entre as partes e o pedido de recuperação judicial homologado em 2012 pela Companhia; iv) os empréstimos e financiamentos acima destacados contêm cláusulas de compromissos (“covenants”) sujeitas a determinados índices restritivos de dívida (“debt covenants”), os quais são auferidos periodicamente, para os quais a Companhia apresentou evidências não suficientes que comprovem o atendimento dos covenants em sua totalidade.

Devido a situação comentada não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas informações financeiras intermediárias caso o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.

Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, até a presente data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas.

Ênfase

1. Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da Companhia, a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2015, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados, também, para examinar as demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre a DVA acima referida.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 30 de março de 2015, que conteve ressalvas semelhantes sobre os assuntos dos parágrafos 1 à 8 e ênfase sobre o assunto mencionado no parágrafo 1 da seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações individuais e consolidadas”.

Blumenau (SC), 30 de março de 2016.

Berkan Auditores
Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6



55 47 3035-2668
Frederico Guilherme Busch, 87, Sala 601
Jardim Blumenau - 89.010-360
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

Ano de 2016

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A. (“Em recuperação judicial”)
Blumenau - SC

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Teka – Tecelagem Kuenhrich S.A. “Em recuperação judicial” (‘Companhia’), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número um, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA. Sendo assim, até a presente data, a Companhia não registrou os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 133.952 mil (R\$ 130.449 mil em 31 de dezembro de 2015) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado no patrimônio de R\$1.450.941 mil (1.319.877 mil em 31 de dezembro de 2015). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$1.822.806 mil e R\$1.877.268 mil (R\$1.658.141 mil e R\$1.708.555 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$1.309.737 mil e R\$1.309.688 mil (R\$1.174.874 mil e R\$1.174.815 mil, em 31 de dezembro de 2015). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. Como comentado acima, a Companhia apresenta fatores operacionais que requerem uma análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de “impairment”), conforme pronunciamento emitido pelo CPC 01(R1), entretanto, essa análise não foi apresentada pela administração da Companhia. A ausência dessa análise constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e, dessa forma, não temos como avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda relativos ao ativo aplicável em 31 de dezembro de 2016.

4. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1) a 3) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2016 não divulgam, integralmente, estes fatos.

5. Conforme descrito na nota explicativa 7, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma entidade da federação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$580.533 em 31 de dezembro de 2016 e R\$526.274 em 31 de dezembro de 2015) no Ativo Não Circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB) e de desfecho de processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos através de pagamento e não compensação com outros tributos federais.

6. A Companhia registrou créditos de imposto de renda e contribuição social oriundos de diferenças temporárias na rubrica de “tributos diferidos” os montantes de R\$17.914 mil, controladora e consolidado, (R\$ 18.550 mil em 31 de dezembro de 2015), os quais não foram objeto de análise de “impairment” e, portanto, não podemos concluir quanto a realização do referido ativo fiscal diferido.

7. A Companhia apresenta na rubrica de Fornecedores, o montante de R\$ 112.252 mil (R\$ 90.595 mil em 31 de dezembro de 2015), registrado desde dezembro de 2012, o qual refere-se a dívidas pactuadas (confissão de dívida). Identificamos ainda um montante de R\$ 114.646 mil (R\$ 105.047 mil em 31 de dezembro de 2015) em títulos do mercado interno vencidos a mais de 360 dias. Entretanto, devido ao descumprimento das obrigações contratuais pactuadas, cabe a avaliação, mensuração e adequada apresentação e divulgação deste saldo contemplando o que preveem estes contratos. Consequentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e mensuração do referido montante nestas demonstrações financeiras.

8. A Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 426.575 mil, controladora e R\$ 426.675 mil no consolidado (R\$ 364.368 mil controladora e R\$ 364.374 mil consolidado, em 31 de dezembro de 2015). Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, à saber: i) existem operações que montam o valor de R\$ 366.857 mil, controladora e R\$ 366.957 consolidado, (R\$309.777 mil, controladora e R\$ 309.783 mil consolidado, em 31 de dezembro de 2015) atualizado com índices e taxas de juros, inferiores aos acordados contratualmente firmados com as instituições financeiras; ii) certas instituições financeiras enviaram correspondência ao administrador judicial da Companhia informando saldos de empréstimos e financiamentos significativamente diferentes dos montantes registrados nestas informações financeiras em decorrência das negociações realizadas com os credores em 2012 e antes do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, sendo que estas instituições não responderam as cartas de circularização dos auditores na auditoria relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016; iii) as operações com Debêntures no montante de R\$ 59.718 mil, controladora e consolidado (R\$ 54.591 mil em 31 de dezembro de 2015) encontram-se com seus pagamentos em atraso, mesmo antes do deferimento do pedido de recuperação judicial, havendo, portanto, encargos não reconhecidos pelo fato da discussão judicial entre as partes e o pedido de recuperação judicial homologado em 2012 pela Companhia; iv) os empréstimos e financiamentos acima destacados contêm cláusulas de compromissos (“covenants”) sujeitas a determinados índices restritivos de dívida (“debt covenants”), os quais são auferidos periodicamente, para os quais a Companhia não nos apresentou evidências que comprovem o atendimento dos covenants. Devido à situação comentada não

obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas informações financeiras caso o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados, também, para examinar as demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre a DVA acima referida.

Ênfase

1. Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2016, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Blumenau (SC), 28 de março de 2017.

Berkan Auditores
Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6



55 47 3035-2668
Frederico Guilherme Busch, 87, Sala 601
Jardim Blumenau - 89.010-360
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

Ano de 2017

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Teka – Tecelagem Kuehrich S.A. (“Em recuperação judicial”)
Blumenau - SC

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Teka – Tecelagem Kuehrich S.A. “Em recuperação judicial” (‘Companhia’), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka

Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos. Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado que que impossibilita seu reconhecimento nas Demonstrações Contábeis, até a presente data, a Companhia não registrou os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 168.359 mil (R\$ 133.952 mil em 31 de dezembro de 2016) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado no patrimônio de R\$ 1.617.029 mil (R\$1.450.941 mil em 31 de dezembro de 2016). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$1.999.994 mil e R\$2.057.687 mil (R\$1.822.806 mil e R\$1.877.268 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$1.478.057 mil e R\$1.478.007 mil (R\$1.309.737 mil e R\$1.309.688 mil, em 31 de dezembro de 2016). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. Como comentado acima, a Companhia apresenta fatores operacionais que requerem uma análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de “impairment”), conforme pronunciamento emitido pelo CPC 01(R1), entretanto, essa análise não foi apresentada pela administração da Companhia. A ausência dessa análise constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e, dessa forma, não temos como avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda relativos ao ativo aplicável em 31 de dezembro de 2017.

4. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1) a 3) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não divulgam, integralmente, estes fatos.

5. Conforme descrito na nota explicativa 7, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma entidade da federação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados

entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 613.645 em 31 de dezembro de 2016 e R\$580.533 em 31 de dezembro de 2016) no Ativo Não Circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB) e de desfecho de processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos através de pagamento e não compensação com outros tributos federais.

6. A Companhia registrou créditos de imposto de renda e contribuição social oriundos de diferenças temporárias na rubrica de “tributos diferidos” os montantes de R\$ 17.327 mil, controladora e consolidado, (R\$ 17.914 mil em 31 de dezembro de 2016), os quais não foram objeto de análise de “impairment” e, portanto, não podemos concluir quanto a realização do referido ativo fiscal diferido.

7. A Companhia registra precatórios a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo no montante de R\$ 4.008 controladora e consolidado (R\$ 4.008 em 31 de dezembro de 2016), cuja realização financeira depende do desfecho de mandado de segurança interposto pela Companhia sob nº 0112163-80.2008.8.26.0053.

8. A Companhia apresenta na rubrica de Fornecedores, o montante de R\$ 135.992 mil (R\$112.252 mil em 31 de dezembro de 2016), registrado desde dezembro de 2012, o qual refere-se a dívidas pactuadas (confissão de dívida). Identificamos ainda um montante de R\$136.616 mil (R\$ 114.646 mil em 31 de dezembro de 2016) em títulos do mercado interno vencidos a mais de 360 dias. Entretanto, devido ao descumprimento das obrigações contratuais pactuadas, cabe a avaliação, mensuração e adequada apresentação e divulgação deste saldo contemplando o que preveem estes contratos. Consequentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e mensuração do referido montante nestas demonstrações financeiras.

9. A Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$480.256 mil, controladora e R\$ 480.538 mil no consolidado (R\$ 426.575 mil controladora e R\$426.675 mil consolidado, em 31 de dezembro de 2016). Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, à saber: i) existem operações que montam o valor de R\$ 416.818 mil, controladora e R\$ 417.100 consolidado, (R\$365.823 mil, controladora e R\$ 365.923 mil consolidado, em 31 de dezembro de 2016) atualizado com índices e taxas de juros, inferiores aos acordados contratualmente firmados com as instituições financeiras; ii) existem diferenças entre os saldos contábeis e os controles financeiros nas operações de descontos de duplicatas em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 6.304; iii) certas instituições financeiras enviaram correspondência ao administrador judicial da Companhia informando saldos de empréstimos e financiamentos significativamente diferentes dos montantes registrados nestas informações financeiras em decorrência das negociações realizadas com os credores em 2012 e antes do Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, sendo que estas instituições não responderam as cartas de circularização dos auditores na auditoria relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; iv) as operações com Debêntures no montante de R\$ 63.437 mil, controladora e consolidado (R\$60.753 mil em 31 de dezembro de 2016) encontram-se com seus pagamentos em atraso, mesmo antes do deferimento do pedido de recuperação judicial, havendo, portanto, encargos não reconhecidos pelo fato da discussão judicial entre as partes e o pedido de recuperação judicial homologado em 2012 pela Companhia; v) os empréstimos e financiamentos acima destacados contêm cláusulas de compromissos (“covenants”) sujeitas a determinados índices restritivos de dívida (“debt covenants”), os quais são auferidos periodicamente, para os quais a Companhia não nos apresentou evidências que comprovem o atendimento dos covenants. Devido à situação comentada não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas demonstrações financeiras caso o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso. Além disso, estas informações não estão integralmente divulgadas nas notas explicativas.

10. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e também é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui provisões classificadas com risco provável de R\$ 277.051 controladora e consolidado (R\$ 265.431 em 31 de dezembro de 2016) e depósitos judiciais de R\$ 30.761 controladora e R\$ 31.551 consolidado (R\$ 29.752 e R\$ 30.538 em 31 de dezembro de 2016) entretanto identificamos que a Companhia apresenta fraquezas relevantes nos controles internos relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas demonstrações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados na identificação de novos passivos contingentes, manutenção e atualização dos riscos de perda e os riscos econômicos envolvidos nas causas em andamento, falta de conciliação e acompanhamento de todos os processos junto aos assessores externos que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras, análise tempestiva das alterações processuais e dos impactos do processo de reconhecimento das contingências que assegurem a fidedignidade das provisões. As incertezas significativas e os assuntos comentados não nos possibilitaram concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados, também, para examinar as demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre a DVA acima referida.

Ênfase

1. Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2017, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro

(IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Blumenau (SC), 26 de março de 2018.

Berkan Auditores
Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6



55 47 3035-2668
Frederico Guilherme Busch, 87, Sala 601
Jardim Blumenau - 89.010-360
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações

de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização.

Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perdas estimadas nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobrir a perda provável.

Outras políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados; e
- Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos;

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não ocorreram.

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não ocorreram.

- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não ocorreram.

- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não ocorreram.

- iv. contratos de construção não terminada

Não ocorreram.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não ocorreram.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não ocorreram.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia efetuou em 2017 investimentos somente na manutenção de seu parque fabril. Os investimentos importaram R\$ 818,1mil. Para o próximo ano, não há previsão de investimentos relevantes.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Recursos próprios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não foram identificados outros fatores relevantes que não os anteriormente comentados.

Anexo II: Informações relativas a eleição dos membros suplentes do Conselho de Administração (art. 10, Instrução CVM nº 481/09), Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência. (Instrução CVM nº 480/09)

Art. 10 Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer:

I – no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores; e

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(l)
Nome	Data Nascimento	Profissão	CPF	Cargo Eletivo	Data Eleição	Data Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos	Eleito pelo Controlador	Mandatos Consecutivos
Conselho Administração										
Valmiro Duve	23/03/1975	Administrador	016.401.849-29	Conselho Adm. Suplente	30/07/2018	30/07/2018	Indeterminado	Gerente PCP e DTP	Não	n.a.
Arthur Lowen Junior	25/07/1970	Administrador	774.854.679-72	Conselho Adm. Suplente	30/07/2018	30/07/2018	Indeterminado	Gerente Sup. e ADM Vendas	Não	n.a.
Paulo Augusto de Araújo	20/07/1949	Contador	641.829.408-49	Conselho Adm. Suplente	30/07/2018	30/07/2018	Indeterminado	n.a.	Não	n.a.

principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos

VALMIRO DUVE :

03/01/1994 - Limpador Ambiente
 01/12/1994 - Calculista Produção e Eficiência
 01/04/1998 - Programador Produção I
 01/12/2000 - Programador Produção II
 01/03/2001 - Assistente Vendas II
 01/10/2001 - Programador Produção Unidades II
 01/03/2003 - Programador Produção Unidades III
 01/03/2006 - Coordenador Produção
 01/12/2008 - Analista Programação III
 01/02/2011 - Administrador PCP
 01/07/2012 - Gerente Adjunto PCP e DTP
 01/08/2015 - Gerente PCP e DTP

ARTHUR LOWEN JUNIOR :

21/03/2005 - Gerente Vendas Exportação
 01/04/2006 - Gerente Sourcing
 01/09/2006 - Gerente Outsourcing
 01/08/2009 - Gerente Suprimentos
 01/04/2010 - Gerente Suprimentos e Sourcing
 01/10/2017 - Gerente Suprimentos e ADM Vendas

PAULO AUGUSTO DE ARAUJO:

1973-1978 – ARTHUR ANDERSEN AUDITORES
 CARGO: SÊNIOR DE AUDITORIA EXTERNA
 1978-1992 – ERNST & YOUNG AUDITORES
 SÓCIO DE AUDITORIA EXTERNA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA
 1992-1994 – ACPS CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E SOCIETÁRIA
 SÓCIO - CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E SOCIETÁRIA
 1994-2011 – DELOITTE TOUCHE THOMATSU AUDITORES
 SÓCIO DE AUDITORIA EXTERNA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA
 2013-2015 – POSITIVO INFORMÁTICA S/A
 MEMBRO DO COMITÊ DE AUDITORIA
 2014-2015 – GRUPO INVES PARK
 PARTICIPAÇÃO COMITÊ TRIBUTÁRIO
 2014-2016 – MSB INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (FILTROS MIL)
 DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
 2016 – ATUAL - CISER – COMPANHIA INDUSTRIAL H CARLOS SCHEIDER LTDA
 MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Os candidatos indicados para Conselho de Administração (Suplentes) nunca participaram como membros da administração da companhia.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não há nenhum tipo de comitê na empresa.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não há nenhum tipo de comitê na empresa.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre administradores da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social
- b. controlador direto ou indireto do emissor
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não se aplica.

II – o boletim de voto a distância, nas hipóteses a que se refere o art. 21-A.

Data da atualização das informações: 29/06/2018

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGO - TEKA-TECELAGEM KUEHRICH S.A. de 30/07/2018

Nome do Acionista

CNPJ ou CPF do acionista

E-mail

Orientações de preenchimento

O presente boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada. Para que este Boletim de Voto a Distância seja considerado válido, o acionista, seu representante legal ou seu procurador, devem:

(i) preencher todos os campos; (ii) rubricar todas as páginas; e (iii) ao final, conforme o caso, nos termos da legislação vigente, o acionista, seu representante legal, ou seu procurador deve assinar o boletim. Não será exigido o reconhecimento de firma ou consularização deste documento.

Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante

O acionista poderá enviar cópia do boletim de voto a distância através dos seguintes meios:

a. Eletronicamente, através de seus agentes de custódia (caso esses tenham um sistema junto ao agente escriturador).

b. Impresso, cujas vias originais devidamente assinado deve ser enviado à empresa, junto com cópia dos documentos autenticados necessários conforme o caso:

Pessoas Físicas:

- documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral/RG ou Carteira Nacional de Habilitação/CNH);

Pessoas Jurídicas:

- e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso;
- documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral/RG ou Carteira Nacional de Habilitação/CNH), do representante legal;

Fundos de Investimento:

- regulamento do fundo e estatuto social ou contrato social do administrador do fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à assembleia;
- documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral/RG ou Carteira Nacional de Habilitação/CNH), do representante legal.

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia

O acionista poderá enviar cópia do Boletim de voto a distância para o e-mail diretoria@teka.com.br.

O envio das vias originais deverá ser recepcionado pela Companhia até o dia 24 de julho de 2018 (inclusive), no endereço da sede: Rua Paulo Kuehnrich, 68, Itoupava Norte, Blumenau/SC, CEP 89.052-900. Aqueles recepcionados após essa data serão desconsiderados. Caso o acionista, após o envio do boletim, opte

Deliberações / Questões relacionadas à AGO

Deliberação Simples

1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, com Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

2. Eleger para os cargos de suplentes do Conselho de Administração os Sr. Valmiro Duve, Arthur Lowen Junior e Paulo Augusto de Araújo.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Deliberação Simples

3. Manter o montante global dos honorários da Administração sem reajuste para o exercício de 2018.

Aprovar Rejeitar Abster-se

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGO - TEKA-TECELAGEM KUEHNRIK S.A. de 30/07/2018

Deliberação Simples

4. Definir pelo encerramento das atividades do Conselho Fiscal em até 90 (noventa) dias a partir da presente Assembleia Geral Ordinária.

Aprovar Rejeitar Abster-se

Cidade : _____

Data : _____

Assinatura : _____

Nome do Acionista : _____

Telefone : _____

Anexo III: Remuneração dos administradores (art. 12, Instrução CVM nº 481/09), Item 13 do Formulário de Referência. (Instrução CVM nº 480/09)

Art. 12 Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

- Diante da atual situação, e ainda conforme ajustado em reunião realizada com a Diretoria da Companhia, se faz coerente a manutenção da remuneração dos administradores nos mesmos valores de 2017, observado-se as determinações Judiciais que estabeleceram e/ou limitaram a remuneração de alguns membros da Administração.

II – as informações indicadas no item 13 do formulário de referência.

13 . Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

- A remuneração total anual dos Administradores (leia-se Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria) será no máximo estipulada na AGO.
- Conforme estatuto da Companhia (artigo 10º) caberá ao Conselho de Administração a fixação dos valores individuais aos membros da Administração.

b. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles
- ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total
- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração
- iv. razões que justificam a composição da remuneração
- v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

- Conselho de Administração – remuneração 100% fixa.
- Conselho Fiscal - remuneração 100% fixa.
- Diretoria – remuneração 100% fixa.
- O reajuste da parcela fixa da remuneração dos membros da administração da Companhia é definido anualmente em Assembleia Geral de Acionistas.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não se aplica.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Não se aplica.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não se aplica.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore
- benefícios diretos e indiretos
- remuneração por participação em comitês
- outros

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões
- comissões
- outros

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

v. remuneração baseada em ações, incluindo opções

e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

31/12/2015 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	3	3	12
Nº de membros remunerados	6	3	3	12
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	991.483,00	1.090.796,00	116.469,00	2.198.748,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	991.483,00	1.090.796,00	116.469,00	2.198.748,00

31/12/2016 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	4	3	10
Nº de membros remunerados	3	4	3	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	770.013,00	1.103.708,34	122.880,00	1.996.601,34
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	770.013,00	1.103.708,34	122.880,00	1.996.601,34

31/12/2017 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	4	3	10
Nº de membros remunerados	3	4	3	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	397.430,05	1.235.208,14	152.691,52	1.785.329,71
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	397.430,05	1.235.208,14	152.691,52	1.785.329,71

2018 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	4	3	10
Nº de membros remunerados	3	4	3	10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	180.000,00	997.284,00	180.000,00	1.357.284,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	180.000,00	997.284,00	180.000,00	1.357.284,00

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação ao bônus:

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não há remuneração baseada em ações.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social

- expiradas durante o exercício social
- e. valor justo das opções na data de cada outorga
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não há remuneração baseada em ações.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não se aplica.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- e. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não se aplica.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a.modelo de precificação

- b.dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c.método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d.forma de determinação da volatilidade esperada
- e.se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não se aplica.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não se aplica

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal :

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. valor da maior remuneração individual
- e. valor da menor remuneração individual
- f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	6	3	3
Nº de membros remunerados	6	3	3
Valor da maior remuneração(Reais)	408.668,00	408.668,00	38.823,00
Valor da menor remuneração(Reais)	75.768,00	341.024,00	38.823,00
Valor médio da remuneração(Reais)	165.247,17	363.598,67	38.823,00
2016			
2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	4	3
Nº de membros remunerados	3	4	3
Valor da maior remuneração(Reais)	417.160,00	417.160,00	40.960,00
Valor da menor remuneração(Reais)	37.884,00	50.058,67	40.960,00
Valor médio da remuneração(Reais)	128.335,50	220.741,67	40.960,00
2017			
2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	4	3
Nº de membros remunerados	3	4	3
Valor da maior remuneração(Reais)	212.988,80	400.465,60	23.202,44
Valor da menor remuneração(Reais)	45.473,54	205.097,71	23.202,40
Valor médio da remuneração(Reais)	104.112,91	308.802,04	23.202,41
2017 após decisão nos autos do processo RJ			
2017 após decisão nos autos do processo RJ	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	4	3
Nº de membros remunerados	3	4	3
Valor da maior remuneração(Reais)	30.045,66	400.465,60	27.694,76
Valor da menor remuneração(Reais)	25.000,00	205.097,71	27.694,76
Valor médio da remuneração(Reais)	30.045,66	308.802,04	27.694,76

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

- Diretoria: No caso de destituição, será pago o saldo da remuneração referente ao mês em curso e a multa de 50% sobre os valores de FGTS. Contudo, tal regra não se aplica à aposentadoria.
- Conselho de Administração: No caso de destituição, será pago o saldo da remuneração mensal.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2015	2016	2017
REMUNERAÇÃO TOTAL / ano	R\$ 2.198.748,00	R\$ 1.996.601,34	R\$ 1.785.329,71
PARTES RELACIONADAS / ano	R\$ 1.246.985,00	R\$ 1.090.657,00	R\$ 705.332,78
%Partes Relacionadas	56,7%	54,6%	39,5%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações sobre este item.

Anexo IV: Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09)

Não apresentado em função da apuração de prejuízo no exercício.

Anexo V: Definição sobre o encerramento das atividades do Conselho Fiscal.

Definição sobre o encerramento das atividades do Conselho Fiscal em até 90 (noventa) dias a partir da realização da presente Assembleia Geral Ordinária.